

“Biografias de Mulheres Africanas”: Conhecer “o outro” para nos conhecer

Lara Noronha Xavier
Thaíse Oliveira Torres Monteiro

Introdução

Refletindo sobre o contexto da pesquisa, acreditamos que antes de iniciar a exposição da conversa em si, é necessário que façamos uma breve introdução de como estabelecemos contato tanto com os entrevistados quanto com o *site* que tivemos como base para nossos diálogos. Nós, Lara Noronha e Thaíse Torres, fazemos parte do Laboratório de Etnologia em Contextos Africanos do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (ECOA), possuindo, assim, um interesse pelos estudos africanistas e pelo modo como o Ocidente enxerga tal espaço. Dessa forma, quando fomos convidadas pelas organizadoras da coletânea para contribuirmos com uma entrevista, pensamos em procurar mulheres africanas que estão presentes nesse debate. Nessa busca encontramos Patrícia Godinho Gomes, que na altura era professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Buscando mais sobre as últimas publicações da professora Patrícia, nos deparamos com o *site* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), idealizado pelo professor José Rivair, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que estuda sociedades africanas antigas, e por sua orientanda naquele momento, Thuila Ferreira, atualmente doutoranda em estudos étnicos e africanos na UFBA, a partir de um projeto de pesquisa de seu grupo de pesquisa. Ambos, como coordenadores do projeto, trabalharam junto à professora Patrícia Godinho, que fez parte da equipe de revisores. Assim, a partir dessa iniciativa, apresentam mulheres africanas que foram relevantes de alguma forma – política, social ou religiosamente – e que possuem (ou não) visibilidade mundial. Dessa forma, apresentam essas mulheres para o mundo e buscam entender como elas estão presentes em nossa vida e em nossos costumes.

A presente entrevista foi feita no período em que estávamos em isolamento social por causa da pandemia de covid-19, tendo sido realizada no dia 23 de outubro de 2021, de forma remota, pelo aplicativo Microsoft Teams. Pensamos que, por mais que as circunstâncias não fossem as ideais, elas, paradoxalmente, nos possibilitaram a interação conjunta e simultânea, pela possibilidade da videoconferência. Isso facilitou nosso encontro, tendo em vista que a professora Patrícia Godinho Gomes não se encontrava no Brasil naquele momento.

Por fim, para finalizar essa breve introdução apresentamos um pouco mais do projeto de Biografias de Mulheres Africanas, a partir do que está posto em seu *site*:

Biografias de Mulheres Africanas é o resultado de um projeto de iniciação científica desenvolvido por estudantes de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 2018 – 2020. Seu objetivo, eminentemente pedagógico, é dar a conhecer informações sobre a vida do maior número possível de mulheres nascidas no continente africano, das origens aos dias atuais, de modo a oferecer subsídios de ensino e pesquisa sobre a história das mulheres africanas em todos os níveis de educação – em língua portuguesa. Inspirou-nos a constatação de que, ao procurar referenciais biográficos de mulheres africanas, quase nada se encontra neste idioma – em geral, as fontes neste sentido estão em língua inglesa, e, secundariamente, francesa. Esta dificuldade por nós sentida, que se estende a pesquisadores, estudantes e sociedade civil em geral, nos levou à organização do projeto, agora concretizado no presente sítio eletrônico (...)

Com o Projeto Biografias de Mulheres Africanas, espera-se que o público brasileiro e que o público dos países africanos de fala oficial portuguesa possa encontrar referenciais iniciais para o reconhecimento do papel distintivo e crucial que as mulheres africanas desempenham em suas respectivas sociedades. Espera-se também que as mulheres negras da diáspora possam encontrar meios de aproximação com as africanas, de modo a identificar pautas comuns e situações específicas em suas reivindicações, ações e conquistas. Em todos os casos, o conhecimento público, compartilhado, é um instrumento essencial para a busca pela equidade racial, de gênero, e para uma tomada de consciência política e cultural em âmbito transcontinental (Macedo; Ferreira, 2020).

Entrevista

Thuila Ferreira: Eu sou a Thuila Farias Ferreira, sou cria da Restinga, um bairro periférico aqui de Porto Alegre, sou bacharela em Relações Internacionais, fiz o mestrado em História sob orientação do professor José Rivair. Nesse período a gente desenvolveu o projeto, e atualmente sou doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da professora Patrícia Godinho.

José Rivair Macedo: Eu sou José Rivair Macedo, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Moro na zona leste de Porto Alegre e atuo na Universidade desde a década de 1990. Além de ser parte do Departamento de História, também atuo no Programa de Pós-graduação em História, até 2011 dentro da área de estudos europeus e, de 2011 para cá, na área de estudos africanos. Participo também do Grupo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Patrícia Godinho Gomes: Eu sou Patrícia Godinho Gomes, sou guineense, eu atuo como professora visitante estrangeira no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos Africanos na UFBA, em Salvador. Eu sou licenciada em Relações Internacionais e doutorada em História e Instituições da África Moderna e Contemporânea pela Universidade de Cagliari, na Itália. Me ocupo de estudos de gênero, de questões ligadas à mulher e gênero, faço parte também do Instituto de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, único instituto público de pesquisa no país e também estou associada ao Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), que tem sede em Dakar, no Senegal. Neste momento eu sou suplente, parte do comitê executivo. Então, também essas possibilidades e essas pertencas têm me permitido circular em torno da questão de estudos africanos e estudos sobre mulher e gênero e, nos últimos anos, sobre feminismos em África. A construção dos países africanos que falam a língua portuguesa também faz parte dos meus interesses de pesquisa.

Tháise: Para começarmos a entrevista, gostaria de saber de vocês como surge a ideia de fazer esse extenso trabalho sobre essas mulheres, que estão geograficamente distantes de nós. Epistemologicamente, nós estamos próximos, mas geograficamente, estamos separados por um oceano. Se a gente pudesse começar daí, acho um bom ponto de partida.

Thuila: Para mim é bem interessante porque essa distância geográfica não é uma distância que importe neste sentido aqui. Penso que o Brasil é um país constituído em muito por África. Então África está no Brasil; o Brasil é África também de uma forma. Esse é um país que tem uma dívida muito grande com os seus afrodescendentes e com o próprio continente africano em termos de reconhecimento. A ideia *a priori* foi do professor José Rivair. Veio a calhar que em minhas pesquisas – eu pesquisei também gênero e no mestrado trabalhei com gênero e feminismo a partir da perspectiva de mulheres africanas –, me encontrei em grande dificuldade em termos de busca e captação de material, exatamente porque não tinha por onde começar. Se estamos falando de gênero, estamos falando de muita coisa. Se falamos de continente africano, estamos falando de muita coisa. Se estamos falando de mulheres africanas, estamos falando de muita coisa. Foi muito difícil achar material, principalmente em língua portuguesa. Existe uma maior disponibilidade de materiais em língua inglesa e francesa também. Tenho bastante familiaridade com o inglês, alguma com o francês, mas essa não é a realidade da maioria dos brasileiros. Acho que esse tipo de informação diz respeito a todos e quando a gente se propõe a conhecer melhor diferentes histórias do continente africano desde os primórdios da humanidade até o quanto a gente pôde apurar pesquisando essas biografias, colaboramos também para desfazer estereótipos e trazer conhecimento. Não só para dentro do espectro acadêmico. Esse conhecimento acadêmico, eu e outras pesquisadoras podemos trazer por meio de nossas pesquisas acadêmicas, mas isso acaba ficando muito restrito, porque o modo de produzir acadêmico em geral não produz pensando para fora da academia. O projeto Biografia de Mulheres Africanas é muito simples de ser acessado, inclusive por um público não acadêmico e não especializado.

José Rivair: A ideia inicial partiu de mim, também por Thuila ter apresentado para o nosso Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS um projeto importante e desafiador não apenas para ela como pesquisadora,

mas para o programa como um todo. Era a primeira vez que se trabalhava com a questão de gênero no continente africano dentro do nosso Programa de Pós-Graduação.

Há outros pontos que influenciaram bastante para que a importância não apenas acadêmica, mas também social e cultural do projeto pudesse me mobilizar. Em 2017, lembro que em uma das Semanas da África da UFRGS nós convidamos a professora Patrícia Godinho. O tema daquela Semana da África era exatamente gênero e mulheres africanas, e ela nos fez uma brilhante conferência. Me chamou atenção que várias questões que vieram do público diziam respeito na verdade às mulheres negras, às mulheres negras afro-brasileiras e afro americanas, e havia ali uma aproximação temática em alguns pontos. Havia ruídos de comunicação em outros pontos porque a categoria “mulheres negras” estava sendo tratada de uma forma absoluta como se houvesse uma aproximação, uma sintonia maior do que efetivamente há entre pessoas africanas e pessoas estadunidenses ou pessoas europeias. Houve um momento da discussão em que a professora Patrícia – isso me sensibilizou e me mobilizou muito – disse assim “era importante discutir alguns pontos que estavam surgindo ali, mas que primeiro era importante nos conhecermos”. Vi então que é uma mulher falando para outras mulheres, uma mulher africana falando para mulheres afrodescendentes: é preciso nos conhecermos, tanto eu conhecer vocês quanto vocês nos conhecerem, nós mulheres africanas, inclusive entendendo que existem áreas do continente africanos em que não somos negras. Então a fala da professora Patrícia me mobilizou muito no sentido de atender aquele convite, que na verdade era um desafio, não é? Primeiro precisamos nos conhecer. Aquele chamamento foi para mim um sinal importante. Ele foi reforçado ainda mais por uma das atividades de lançamento de um livro que eu coordenei, chamado *Pensamento africano no século XX*¹²⁵. A professora Fernanda Oliveira, que na época era aluna de doutorado do nosso programa, nos fez uma pergunta: “cadê as pensadoras africanas nesse livro?”. Naquele momento a resposta que eu pude dar foi que não tínhamos conseguido encontrar pessoas ou encontrar informações. No entanto, eu sabia que aquilo não era suficiente, que não respondia à indagação e o tensionamento colocado a um tipo de conhecimento que nós estávamos produzindo acerca das epistemologias africanas. Então a ideia partiu daí, na realidade: de uma aparente presença, mas efetivamente de uma ausência

125 MACEDO, José Rivair (Org.). *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras expressões, 2016.

de referenciais objetivos, e acho que isso nos mobilizou muito. Nossa intenção inicial era muito menor. Nos propusemos a produzir dados iniciais. Não estávamos pensando em munir o mundo acadêmico. Nós estávamos pensando em chegar à sociedade, preferencialmente às pessoas para quem as informações sobre as mulheres africanas se mostram significativas e capazes de mobilizar essas pessoas de uma forma não apenas sensível, mas de uma forma prática. De falar a partir de lugares mais bem estabelecidos e para os quais o contato ou o conhecimento acerca das mulheres africanas tivesse importância social.

Patrícia Godinho Gomes: Bom, o que eu posso falar dessa proposta inicial, referindo-me a como me inseri dentro dela. Ela não parte de mim, mas eu venho ao encontro dela. Tenho muitas boas lembranças daquele evento, que foi maravilhoso, tenho na minha memória aquela sala enorme e todas as atividades que aconteceram e, em particular, o momento da discussão que acho que foi muito interessante. Ora, o projeto Biografia de Mulheres Africanas eu posso vos dizer o que ele provocou em mim. Aceitei fazer parte dele porque representou três coisas importantes para mim: eu sou historiadora. Minha sensibilidade e o meu âmbito disciplinar vêm daí e, para mim, o conhecimento da história é imprescindível para a gente entender as relações humanas, sociais, de poder. Enfim. Ainda que as biografias sejam concisas, elas são muito bem pensadas, os pesquisadores têm a preocupação de conhecer a história das mulheres. Esse projeto mostrou para mim que é chegada a hora de produzir conhecimento sem mediações, sem que aquilo que nós produzimos tenha que passar por outros interlocutores. Isso é muito importante porque rompe com uma lógica que é insistente na historiografia africana e que está latente aí. É só olhar para os currículos de história da África, não só no Brasil, no continente africano também.

O segundo aspecto eu penso que é esse encontro maravilhoso que se deu entre africanas e brasileiros e brasileiras. Esse projeto é inovador no contexto brasileiro. Ousaria dizer que não conhecia outro projeto dessa entidade, dessa dimensão e com essa ambição. Disponibilizar um produto de qualidade, no formato online, e em língua portuguesa, é uma revolução. Todos os jovens estudantes que estão na Guiné, Angola, Moçambique e por aí afora, que falam português, no Timor Leste, têm disponível um material que prioriza as mulheres, que dá centralidade às mulheres nos processos históricos. É possível ver mulheres que foram importantes, do ponto de vista mítico, político, histórico, econômico,

intelectual... Mulheres escritoras, professoras, que escrevem. Quando é que a gente tem tido essa possibilidade? Acho que isso vem, portanto, dar uma contribuição notável à área de estudos africanos e de gênero. Por último, esse projeto também abre perspectivas novas. Tenho inclusive tido a possibilidade de escutar as mais jovens gerações guineenses, meninas e meninos que estão estudando essas temáticas. É importante dizer que na Guiné Bissau já vejo interesse por parte de organizações não governamentais, e associações, porque ele (o projeto) é de muito fácil acesso. Você vai, senta-se, entra no *site*. É uma ferramenta que informa corretamente e dá referências bibliográficas, o que é muito importante. Então, isso tudo para mim tem um valor inestimável.

Lara: Puxando um gancho, do que foi dito sobre a divulgação e os desdobramentos do projeto, eu queria perguntar exatamente como foi feita a divulgação do projeto. Qual foi o processo para dar mais visibilidade?

Thuila: Mandamos para os nossos contatos inicialmente. Divulgamos nas nossas redes sociais, nas redes sociais do ILEA, do NEABI... Fizemos uma *live* de apresentação, e isso foi repercutindo de uma forma que a gente não esperava. Imaginamos que teria um bom impacto em nível nacional, que fosse ter alguns contatos Brasil afora, mas recebemos e-mails de pessoas de vários países diferentes. A partir daí, fizemos atividades com a Universidade de Cabo Verde, com alunos de ensino fundamental e médio de diferentes lugares do Brasil e fomos convidados a participar de algumas atividades para compartilhar um pouco mais sobre o projeto, falar especificamente sobre as biografias. As experiências que eu tive nesse sentido é que as crianças e os jovens são muito interessados, como se abrisse uma espécie de novo espectro.

Fomos nos valendo das nossas redes de contato e das nossas redes sociais. A partir daí, a coisa tomou uma proporção e uma dimensão maior do que a gente imaginava; o projeto já reverbera de alguma forma nas escolas de ensino fundamental e médio.

Lara: Outra coisa em que pensamos foi na Lei 10.639¹²⁶, sobre o estudo da história da África nas escolas. Vocês pensaram em algum momento em transformar esse material em um material impresso? Algo que as escolas pudessem ter acesso? Inserir esse material em outros contextos que não o meio digital?

Thuila: Com relação à lei e à possibilidade de tornar impresso, é importante destacar que esse projeto não contou com nenhum financiamento. Fomos nós por nós nesse projeto. No campo da ideia e do desejo tem muitas outras coisas que nós gostaríamos de ter feito, especialmente porque mais da metade do projeto a gente tocou em meio à pandemia mesmo.

A gente não tem acesso de forma facilitada a essas pessoas, essas histórias, nem mesmo aos contextos em que essas pessoas estavam inseridas, porque a gente tem essa deficiência. Embora estejamos falando de uma lei, a aplicabilidade dela ainda é muito deficiente no Brasil, porque há uma deficiência histórica e está além e aquém da própria lei. Ela vem desde a educação básica e obviamente vai se refletir nas universidades; os professores, não tendo esse conhecimento, não têm como repassá-lo, então é algo que é geral e que começa a ser combatido dessa forma.

Seria interessante que a gente pudesse ter esse material de outras formas, e eu acho que o material impresso é muito interessante para trabalhar com crianças, especificamente, né? Recebi um convite para ser homenageada na Escola de Ensino Infantil Dom Luiz de Nadal, aqui da Restinga, que foi a creche que eu frequentei quando eu era criança. Agora tenho a chance de retornar lá, e isso veio a partir do projeto. Vou lá conversar com crianças de 3 a 5 anos, sobre mulheres africanas. É algo que jamais seria imaginado quando eu tinha 5 anos e que eu estou tendo a oportunidade de trazer de forma mais próxima para a minha comunidade.

José Rivair: O projeto dialoga diretamente com a Lei 10.639 ao focar nas biografias de mulheres africanas. A ideia era disponibilizar material para atender ao que estabelece a Lei que reverberou na Lei de Diretrizes e Bases da

126 BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 de janeiro de 2003.

Educação Nacional, no artigo 26-A, que coloca a obrigatoriedade de História Afro-Brasileira e Africana. Então o projeto, do ponto de vista educativo, didático-pedagógico e social tem essa finalidade.

No que diz respeito à ideia de uma transposição para um material impresso, é possível que isso aconteça. Temos os arquivos revisados e isso é um bom caminho andado. No entanto, a ideia de uma obra impressa com relação a um *site* nos coloca outros desafios que precisariam ser enfrentados. Acredito que do ponto de vista da potência do projeto como recurso didático pedagógico, o meio virtual é mais interessante do que o meio impresso, porque ele alcança mais. Tenho a sensação de que uma obra impressa não circularia tanto, ela não chegaria na Guiné, por exemplo, como falou a professora Patrícia. Não mobilizaria jovens pesquisadores e pesquisadoras ou ONGs lá, como está acontecendo. A diferença de alcance entre impresso e virtual é digno de nota. Tenho a impressão de que a versão impressa teria um maior prestígio acadêmico, por ser um livro, mas nessa tensão entre o acadêmico e o social, pendemos mais para o social do que propriamente para o acadêmico.

Patrícia Godinho Gomes: A possibilidade da consulta *online* de um material do gênero é de um alcance muito maior pelo fato de não ter custos. Os livros têm custos. Nos nossos países (africanos), os jovens não têm a possibilidade econômica de comprar livros, por mais econômico que esse livro possa ser. O custo pode até ser um pouco menor, mas ele não será nulo. Então disponibilizar *online* o material é de um alcance muito grande, porque não é só nas cidades, mas vai para o interior dos países, para outras regiões. É muito importante que não fique só limitado às escolas, às universidades, aos centros urbanos e urbanizados, mas que vá além.

Essa lei tem tido um alcance muito grande em nossos países, sobretudo nos últimos 10 anos. Muitos dos nossos alunos africanos estão estudando no Brasil, sobretudo no Nordeste. A UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), por exemplo, é a universidade que mais acolhe estudantes africanos, e esses jovens representam uma ponte de conexão dos próprios países de origem com o Brasil. Isso é importante porque é uma forma de retornar todo o conhecimento, a bibliografia, a literatura, as experiências que eles fazem retornam para os países de origem e muitos deles, por causa da pandemia, voltaram para a África. Eles estão carregando na bagagem todas essas experiências históricas e de conhecimento que adquiriram.

Além disso, acho que esse projeto tem como um de seus alcances as escolas, como eu já adiantei antes. Pode ser uma ferramenta útil não apenas para os acadêmicos, mas sobretudo eu acho para as escolas do ensino médio e fundamental. Isso é muito importante exatamente por ser muito acessível e ter uma linguagem bastante acessível também.

Lara: Como foi exatamente a busca por essas mulheres e como foi a experiência de, na maioria das vezes, não saber como ter acesso às informações sobre essas mulheres?

Thuila: Partimos do *Dictionary of African Biography* (2012), do Emmanuel K. Akyeampong e do Henry Louis Gates¹²⁷. Tomamos esses livros como base, mas a partir deles, em *sites* especializados e conferindo algumas das fontes que eles mesmos colocam nos livros, fomos buscando outras e conhecendo outras biografias. Depois que o *site* foi lançado, também recebemos sugestões de pesquisadores, tanto de inclusão de novas biografias quanto de um ou outro detalhezinho. Então, apesar de o projeto estar finalizado, ainda fazemos manutenção.

José Rivair: O *Dictionary of African biography* foi como um farol, como uma referência e ponto de partida. Também tomamos como referência outros dicionários, como o *Historical dictionary of women in Subsaharian Africa*¹²⁸ (2005), dirigido pela professora Kathleen Sheldon e outros dicionários menos especializados na história das mulheres, mas de países africanos. Fomos nesses dicionários, procuramos identificar o maior número possível de biografias, tentando fugir apenas da ideia da exemplaridade. Percebemos que se tinha muito era a ideia da exemplaridade: das mulheres exemplares, genuínas, das grandes mulheres. Tentamos escapar dessa perspectiva, apesar de ela ter sido valorizada, mas procuramos encontrar mulheres exemplares, que seriam as lideranças, as resistentes, as guerreiras, as rainhas, que tiveram posições de poder.

127 AKYEAMPONG, Emmanuel K.; GATES JR., Henry Louis (Dir.). *Dictionary of African Biography*. 6 vols. Oxford: Oxford University Press, 2012.

128 SHELDON, Katleen. *Historical Dictionary of Women in Sub-Saharan Africa*. Lanham; Toronto; Oxford: Scarecrow Press, 2005.

Buscamos também o acesso a mulheres que, embora não exemplares desse ponto de vista, seriam representativas da diversidade das sociedades africanas. Buscamos informações sobre mulheres “comuns”, mulheres que não tiveram posições de poder, mulheres escravizadas em condição de diáspora inclusive – nesse caso, nosso critério foi nos fixarmos em mulheres nascidas no continente africano e caídas em condição de diáspora. As mulheres diaspóricas têm uma marca africana, uma ascendência africana reconhecida e que se deve valorizar. Nesse ponto, até por questão de tamanho, nos limitamos a incluir as mulheres nascidas em continente africano e caídas em condição de escravização, em condição de diáspora. Procuramos ir além da ideia de exemplaridade, justamente para mostrar a complexidade das sociedades africanas em que as mulheres são diferenciais, não apenas aquelas que ocupam posição de poder ou que ocupam posição de destaque, mas ir além dos casos e tentar me orgulhar o tanto que for possível das estruturas sociais. É evidente que 600 biografias nunca vão dar conta dessa dimensão profunda do continente africano, mas é muito melhor do que termos 3, 4 ou no máximo 10 como referência.

Thaíse: Como foi feita essa seleção? Como foi para vocês lidar com um material tão rico, para selecionar? Pessoalmente, com base nos perfis que vocês já tinham selecionado, fiquei perdida, tudo salta muito aos olhos. Outra coisa: como é feita a atualização?

Thuila: A partir do momento em que estudamos mulheres africanas, é preciso considerar o contexto e a forma de pensar africanas, para além do que nós, com a nossa forma bastante ocidental e às vezes academicista de pensar, considera o conhecimento. A tradição oral é uma realidade, e isso traz figuras que compreendemos que, a partir do momento que mesmo não se tendo uma comprovação física, documental da existência dessas pessoas, essas figuras míticas, em muitos contextos não são consideradas figuras meramente míticas. São pessoas que existiram e que deram origem a linhagens. Assim, desconsiderar essas perspectivas de tradição oral e do que se tem como verdadeiro nesse contexto também seria, de certa forma, fazer um trabalho não tão fidedigno como gostaríamos nas próprias perspectivas africanas. Levar isso em consideração, foi e nos é bastante caro e importante. Chegamos a conversar entre nós a esse respeito. Essa colocação quem fez, *a priori*, foi o próprio professor Rivair e não houve do que discordar. Por exemplo, também temos biografias de mulheres que tiveram relação com o tráfico escravagista. Elas não são figuras – pelo menos

olhando a partir de 2021— heroicas, e não necessariamente são pessoas louváveis, mas não tem como tirar a importância delas no contexto em que elas viveram.

Já a atualização fica para mim e para o professor Rivair diretamente. Conforme é possível, atualizamos. Eu mesma, por exemplo, estou agora em um processo de doutorado. Como eu não tenho bolsa, eu trabalho. A situação vai se agravar porque dentro de dois meses eu devo estar me tornando mãe pela primeira vez. Então existem essas implicações das nossas vidas e dos nossos compromissos que acabam nos atrapalhando um pouco. Gostaríamos de ter um contato mais constante, de conseguir estar por dentro de tudo que está acontecendo e atualizando o *site*, mas infelizmente não é a nossa realidade.

Ainda assim, nesse meio tempo já foram incluídas outras biografias, mas acaba ficando muito à mercê do quando e como podemos. É simples alterar, mas conversamos sobre isso. Não é apenas um vai lá e altera.

Também temos o trabalho do Ramon¹²⁹, que é quem montou o *site*, fez boa parte da pesquisa de imagens juntamente ao professor Rivair e a gente atualiza como a gente pode.

José Rivair: Em momentos de escolha entre a forma acadêmica tradicional e o pensamento africano e os conhecimentos africanos situados a partir do continente, nós ficamos sempre com a segunda hipótese. Valorizamos o pensamento, as realidades africanas e tentamos uma aproximação empática com o continente. Não necessariamente simpática, mas empática. A decisão de considerar aquela seção de mulheres lendárias e míticas foi uma aposta, e eu agradeço a Thuila por ter confiado em mim nesse sentido. Não é a primeira vez que chama atenção no *site* que as mulheres lendárias e míticas tenham sido colocadas. O que aconteceu durante muito tempo é que personagens muito importantes não apareciam enquanto história, mas nas tradições orais, na história africana elas são reconhecidas. Mais do que serem reconhecidas em alguns casos, não se trata apenas de reconhecimento, mas sim de considerá-las pessoas ativas. Não foram lendas apenas, mitos. Foram pessoas, então essa aposta foi importante.

129 Ramon Dorneles Moser é Bacharel em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda (1998) e Especialista em Expressão Gráfica (2009) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Editor de vídeo, animador, desenhista e fotógrafo. Atualmente trabalha como Produtor Cultural no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nos verbetes procuramos colocar algo como “do ponto de vista histórico é difícil comprovar isso, não há registro, mas as tradições consideram que...”. Assim, fornecemos informações para as pessoas, de maneira que seja possível identificar de que lugar elas estão olhando para essas personagens.

No momento da minha primeira revisão, eu me dei conta de alguns furos, faltas, ausências; então, nesse segundo momento do projeto, eu interfeiri mais e trabalhei diretamente em várias dessas biografias que foram colocadas; em um lugar como esse, existe a possibilidade da atualização imediata. O que nós pensamos foi uma atualização do *site*, mas a nossa ideia de atualização do *site* não é no sentido da revisão, mas sim de inclusão de novas biografias, o que já aconteceu, vindo de contribuições do país, internacionais. Então isso já aconteceu e vai acontecer.

Nós olhamos com certa periodicidade o e-mail do projeto (proj.mulheresafricanas@gmail.com) para acompanhar essas contribuições, mas a nossa ideia não foi fazermos isso, pelos motivos que a Thuila apresentou. Uma solução que está me ocorrendo agora, a partir dessa conversa que estamos tendo, é lá na apresentação do *site* datá-lo, colocar o momento até onde a pesquisa foi feita, porque isso levaria as pessoas a compreenderem que outros fatos podem ter acontecido. Como o caso da Paulina Chiziane: se fosse um livro, seria datado. O prêmio foi concedido em 2021, o livro é de 2020, então é compreensível.

Olha, eu já me dei conta e já atualizei no *site* perdas de mulheres africanas pela covid-19, ocorridas no ano passado, pessoas que quando incluímos na biografia estavam vivas e ativas e que não estão mais. Então, na medida que nós vamos descobrindo, nós fazemos isso, mas pelo volume de biografias e a dinâmica da história, tenho certeza de que há várias revisões e atualizações que deveriam ter sido feitas e que nós ainda não fizemos. Por último, eu queria comentar também brevemente a questão das nossas escolhas... eu acho que aí fica exemplificado alguns pontos que foram apontados anteriormente.

Patrícia Godinho Gomes: O projeto se delineou, foi pensado, né? A partir de questões que têm que ver com a história, mas sobretudo com o repensar da história africana. Esses mitos vão dar essa visão matrifocal da sociedade africana e não podem ser negligenciados. São as origens não apenas do mundo, da humanidade –que é “fêmea” – mas da nossa sociedade.

Tháise: Patrícia, mais para frente, se estiver à vontade para falar sobre, a nosso ver – nos corrija se estivermos erradas: você também é um potencial objeto de pesquisa! É uma pessoa interessantíssima, com um trabalho riquíssimo e que com certeza pode estar nessa lista, compondo, fazendo essa apresentação. Como você percebe isso, sendo um potencial objeto de pesquisa? E, outra coisa, a Henriqueta¹³⁰ é sua mãe?

Patrícia Godinho Gomes: Sim, é minha mãe!

Tháise: E como foi essa relação de ter sua mãe no projeto?

Patrícia Godinho Gomes: A Henriqueta Godinho Gomes é realmente minha mãe. Ela infelizmente nos deixou nessa dimensão em 2018. Foi uma surpresa para mim quando o Rivair enviou os verbetes, vi o nome dela e foi uma boa surpresa por várias razões.

Quanto à minha pessoa como verbeta, tenho outra visão das coisas. Cada coisa tem seu tempo. Por enquanto vou colaborando, trabalhando no projeto.

Não existe preconceito com relação às fontes orais. Eu mesma faço estudos com biografias, trajetórias, onde as fontes orais são primárias, e que são usadas da mesma forma que documentos escritos são usados. Se elas têm seus problemas de validação, imprecisão, os documentos também têm. São escritos por pessoas, independentemente dos contextos. Quem escreve, escreve respondendo a determinados interesses.

José Rivair: Vocês não podem imaginar a minha satisfação quando em um dos retornos de revisão da professora Patrícia, ela falou: “A Henriqueta é minha mãe!”. Incrível isso, não é, imagino a emoção que ela sentiu ao ver a

130 Nasceu em Empada, região de Quinara, Guiné-Bissau, a mais velha de oito filhos. Seu pai, Eduardo António da Silva era empregado dos correios da Guiné “Portuguesa” e sua mãe, Maria Formosa Bastos Pinto, dona de casa. Ao completar o Liceu em Bissau, destacou-se como aluna de quadro de honra e foi galardoada com uma Bolsa de Mérito para completar os estudos universitários em Lisboa. Formou-se em Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa – ISCSP (1967). Ainda durante os estudos universitários, ambos integraram a célula do PAIGC de Lisboa por volta de 1965 (Fonte: <https://www.ufrgs.br/africanas/henriqueta-godinho-gomes-1942-2018/>. Acesso em: 20 set. 2021)

mãe dela. E eu confesso a vocês que cheguei sim a pensar na professora Patrícia, e podemos pensar sim que a professora Patrícia tenha uma biografia colocada no *site* das biografias das mulheres africanas. Talvez eu não tenha levado isso adiante, primeiro porque eu e a Thuila não havíamos conversado sobre isso, mas eu não tenho levado isso pelo fato de ela fazer parte da equipe, mas é uma coisa para nós pensarmos sim, porque há vários perfis de pesquisadoras africanas muito próximos da professora Patrícia, que são colocados a partir da Nigéria, da África do Sul e é justo, é mais do que justo que ela esteja.

Lara: Como vocês compreenderam o gênero na construção do projeto? Na dissertação da Thuila, ela fala também sobre as mulheres africanas em diálogo com a Oyèrónke Oyěwùmí¹³¹. Como o projeto vai pensar gênero em África, já que o feminismo não é universal? Outro aspecto que consideramos interessante para pensar gênero no projeto, foi o exemplo do Antônio/Vitória¹³². Como foi essa construção de gênero para vocês?

Thuila: Nosso foco está nas mulheres e isso já está na base mesmo da própria concepção do projeto. Dentro do tema falamos especificamente de gênero, mas a própria Oyèrónke Oyěwùmí não pode ser restringida aos estudos de gênero. Ela está falando de história, de sociologia, de diversas disciplinas. Ela está falando de estudos africanos. Vou pensar no guarda-chuva, estudos africanos. Várias pensadoras que estão ali falando sobre questões, contextos e conjunturas específicas do continente africano, mas que têm uma importância para a gente pensar não só o gênero nestes contextos.

Na minha pesquisa cujo foco era pensar gênero e feminismo, eu parti mais dessa premissa, mas mesmo aquelas autoras que estavam se debruçando especificamente sobre o feminismo, por exemplo, elas estavam trazendo

131 OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

132 Nascido(a) em data incerta no Reino do Benin, no sudoeste da atual Nigéria, foi escravizado(a) e enviado(a) em 1556 para Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel (Açores), onde passou a pertencer ao português Paulo Manriques. Denunciado(a) ao Tribunal da Inquisição de Lisboa, foi acusado por praticar prostituição, sodomia e por comportamento desviante. Embora fosse identificado(a) como homem, de nome Antônio, reivindicava para si o nome de Vitória, vestia-se com trajes femininos, comportava-se como mulher e, com a concordância, autorização ou a ordem do proprietário, praticou a prostituição – primeiro em Açores e depois na região do cais de Lisboa (Fonte: <https://www.ufrgs.br/africanas/>. Acesso em: 20 set. 2021).

outras questões. Na Semana da África de 2017, eu tinha uma ideia muito fixa no feminismo. Tinha muito esse pensamento que foi levantado várias vezes durante aquela Semana da África de uma universalidade, de universalidades de mulheres negras. Esse desconhecimento também me levou a fazer um projeto pensando feminismo africano. O feminismo de uma forma geral, mas o feminismo no continente africano como uma ideia universal. Quando vou pesquisar essas mulheres, quando acesso as produções delas, vou vendo que não é bem assim com relação a se pensar gênero, a se pensar a própria ideia de feminismo ou de feminismos.

Entendi que o feminismo não é uma ideia absoluta. A primeira banca da qual pude participar era de um rapaz guineense falando sobre questões de gênero no contexto da Guiné-Bissau. Então é muito interessante perceber como as coisas se desenvolvem diferente do que a gente martela aqui deste lado do Atlântico enquanto feminismo. De que tudo tem que estar dentro da caixa do feminismo.

O gênero também não é uma questão isolada. Ele pode ser trabalhado, pensado e sentido de diversas formas nos seus diversos contextos. Assim como o Brasil, que é um país de proporções continentais, nós não somos todos iguais. A África Subsaariana não é igual nem no que tange ao pensamento de gênero.

José Rivair: Para nós, o critério principal foi apresentar as biografias de mulheres. Por isso aparece a biografia da Vitória. Inclusive o nome Antônio/Vitória já foi uma dúvida. Essa pessoa, embora cativa, deslocada do seu lugar de origem, sabemos informações dela através de documentos individuais em que ela se auto identificava como mulher, como Vitória. Daí foi um inquisidor que, ao examiná-la, disse que ela era homem. Né? Então a gente respeitou [a autoidentificação]. Achamos que era importante trazer essa biografia como exemplo da complexidade da questão da identidade sexual. Tem um outro verbete também em que isso acontece, que é o verbete da Ahebi Ugbabe, uma pessoa de origem Igbo. Ela se tornou rei e quando se torna rei, não quer ser vista como rainha. Ela determina que a cerimônia seja feita como feito para um rei. O que já é um problema dentro da sociedade Igbo, que, durante muito tempo, não teve rei, né? É uma sociedade segmentar. Temos então exemplos de biografias que mostram a complexidade.

Patrícia Godinho Gomes: O tema é polêmico, muitas vezes problemático. Acho que a questão gênero, feminismo e mulher, em alguma medida, não é uma questão uniforme nem homogênea. Podem ser problemáticas no continente africano.

Quando se fala em feminismo, automaticamente já se associa a ele as palavras autonomia, liberdade, independência e emancipação. Ora, muito bem. Não estou dizendo que não se possa fazer essa leitura. Mas essa questão entra em uma especificidade africana. Como é que as mulheres, como seres humanos, se pensam? Como elas se olham, se percebem? Se autodefinem?

Não é possível saber se a gente não vai na raiz. Como diz a Oyèrónke Oyěwùmí, é preciso trabalhar de forma arqueológica, escavar. Isso significa conhecer as línguas, conhecer um país, conhecer a filosofia. Ter lido também, mas ter vivenciado.

Isso cria problemas. Essa forma de imposição (entre aspas), no entendimento das sociedades africanas, é que tem gerado algum conflito, tensões com intelectuais e estudiosas. Esse é um primeiro ponto: pensar as categorias já existentes, como o feminismo ou o gênero, sempre de forma crítica.

Penso que a questão de gênero, portanto, nesse projeto, emerge porque, ainda que ele trate das mulheres, trata de mulheres que, por sua vez, muitas delas também já pensaram, a partir de vários âmbitos, as questões sociais, comunitárias, políticas, de violência, que envolvem as relações de gênero. Portanto, são mulheres que não pensam apenas as mulheres, mas que pensam a sociedade no seu todo. Nesse sentido, tem uma força enquanto perspectiva de gênero.

Em relação aos meus trabalhos, eu procuro um diálogo com a socióloga nigeriana Oyèrónke Oyěwùmí já faz alguns anos. Meus trabalhos trazem uma dimensão que às vezes percebo que também é de alguma maneira colocada em segundo plano, as trajetórias dessas mulheres em si, apesar de ser ainda mais importante que o diálogo que eu faço com a Oyèrónke Oyěwùmí: as trajetórias biográficas de mulheres que são anônimas na historiografia de uma forma geral.

Por que emerge sempre esse meu diálogo com a Oyèrónke Oyěwùmí e outros aspectos da pesquisa ficam em segundo lugar? Acho que precisamos pensar nisso, e que esse projeto também procura paralelamente, além daquilo, a questão de pluralizar as informações e sobretudo as experiências.

Não apenas trazer aquelas poucas mulheres que já são conhecidas como as heroínas, mas sobretudo procurar trazer para o debate as várias experiências de mulheres africanas que até muito pouco tempo permaneceram subterrâneas. Eu acho que esse processo de escavar a história é importante.

Essa questão é tão importante quanto delicada. Essa, digamos, da comunicação com os próprios africanos no Brasil, no âmbito acadêmico, uma certa “rivalidade”. Porque isso eu também tenho notado durante a minha permanência no Brasil, viu? Por vezes, isso não se restringe apenas ao âmbito dos estudantes. Tenho notado isso mesmo entre nós colegas da academia, não é Rivair? Existe um grupo que é exceção, mas não é a maioria. Acho que isso tem que ver com vários fatores que não podemos aqui abordar agora por uma questão de tempo, mas talvez precise também ser pensado enquanto comunidade de estudiosos.

Quanto ao feminismo e ao feminismo decolonial... olha, eu tenho sempre muito receio dos chavões, das palavras que se tornam moda muito rápido. Acho que são muito perigosas e que essa é uma delas. Por que eu uso isso? Para quem estuda história da África é simples. Foi lá que tudo começou. O feminismo surgiu no continente africano enquanto práticas. O problema é onde é que está e como. O feminismo tem várias vertentes: a política, e ideológica, a filosófica, a ativista, a teórica.

Então, eu acho que ele (o feminismo), tal como se nos apresenta hoje, cria problemas identitários pelo menos para as mulheres africanas, na medida em que é o feminismo que determina o que vamos falar da origem, do conceito, da definição e de como ele nasceu. Certamente, enquanto conceito e teoricamente, foi pensado não na África, mas na Europa. Depois no mundo ocidental, de uma forma mais ampla, mas ele define a forma e diz o que é a mulher emancipada. O que é liberdade. O que é que a mulher é e como é que é a autonomia da mulher tem que ser entendida. O que é que significa mulher livre? O que é que significa mulher autônoma? O feminismo, por exemplo, quando as mulheres são de outras religiões ou de outras culturas – por exemplo quando as mulheres vivem em sistemas de poligamia, o feminismo parte da concepção de que essas mulheres são subordinadas e subalternas, o que pode ser verdade, mas pode não ser. Mas infelizmente isso tem sido transposto de uma forma estática e cristalizada para toda a história africana, universalizando.

Muitas vezes, africanas da faixa mediterrânea do continente africano não concordam que usar o véu seja, por exemplo, sinônimo de subalternidade.

O que o feminismo faz, se formos ver como ele foi teoricamente pensado, e até como ele define, é dizer que as mulheres que usam véu são vítimas e vitimizadas. Então vitimiza as mulheres, desde que elas partam de outras experiências culturais.

Isso cria problemas, e é nesse sentido que as africanas, de uma forma geral, colocam alguns questionamentos a essa visão do feminismo.

Agora eu mesma, quando me perguntam o que você é? Você é uma feminista?, eu digo: eu concordo com dimensões do feminismo. E é verdade. Eu acho que o feminismo pode ser libertador sim, em termos de pensamento. Mas também tem os seus problemas. Se disser que eu sou feminista, então eu estou concordando com tudo aquilo que o feminismo abarca e não é com tudo que eu concordo. Por isso que eu evito isso.

Tháise: Eu te digo, professora, que são leituras que nós também fazemos. Entendo e concordo completamente com esse tipo de reflexão. Isso ajuda um pouco no que gostaríamos de trazer sobre a decolonialidade. Como fazer para a gente evitar um pouco do nosso olhar colonizador? Muito da nossa formação vem do nosso próprio olhar. É uma construção do conhecimento que está muito baseada em coisas que são estabelecidas. Com a riqueza desse trabalho, com o resultado que vocês tiveram, como foi feito esse exercício da decolonização?

Thuila: Eu tenho um pouco de restrição, um pouco de incômodo com a questão da descolonialidade. É inegável que o nosso país tenha sido construído de forma a ser o mais colonial possível, né? Acredito que a partir do momento que a gente tem contato com o conhecimento, com uma perspectiva que nos toca e que consideramos genuína, não podemos mais nos esquivar de certas coisas, não posso dizer que eu ignoro certas coisas. Que não sei certos caminhos, porque agora eu sei. Se não sabia antes, agora eu sei. Existem intelectuais africanos atuando em absolutamente todas as áreas do conhecimento. Não tem como a gente ficar esperando que alguém vá nos trazer: “olha aqui a autora fulana de tal”. Temos instrumentos.

As biografias de mulheres africanas já são um instrumento inicial. Estou aqui falando sobre a própria decolonialidade, mas o que será que autores africanos pensam sobre isso? Será que estão falando sobre isso?

Eu acredito que assim a gente combate essa prática. Acredito que estamos num processo de, podemos dizer assim, descolonização acadêmica, a partir do momento em que mais pessoas não brancas ingressam na academia e trazem esses questionamentos, né? A gente tem dificuldade de conversar com os nossos colegas africanos. Preferimos ficar no nosso mundo de suposições e imaginações do que de repente abrir um diálogo mesmo.

É preciso perguntar: “como é que funciona tal questão no teu contexto e tal?”. Mesmo quando a gente tem a oportunidade de se aproximar, de fato colocamos muitas coisas na cabeça. É como um empecilho para isso. Às vezes tu tem ali do teu lado colegas de países lusófonos africanos e tu não vai dialogar com eles? Por que não? Em todas as áreas têm intelectuais africanos. Precisamos aprender a buscar por eles. Precisamos começar a abrir a boca não só para debater entre nós o que achamos ou deixamos de achar sobre este ou aquele contexto ou este ou aquele personagem africano, mas começar a procurar por que aqui no Brasil a gente tem uma presença de muitas pessoas do continente, né? E muitas vezes alimentamos visões estereotipadas. Isso é o descolonizar a decolonialidade e essa possibilidade está muito mais próxima do que a gente se permite perceber.

José Rivair: Eu compartilho com a desconfiança desse debate de colonial, decolonial, pós-colonial, se é descolonial, é pós-colonial, é contracolonial, é pós-contracolonial... porque isso já é um excesso, e é assim que a academia coloniza. Quando diz Fulana é feminista decolonial, mas é feminista colonial africana. Esses discursos, essas classificações todas tiram a potência do que é o principal. E o principal para nós é isso. Com quem nós queremos nos identificar nesse projeto. Porque, veja, durante a história africana, além das pessoas que foram colocadas na biografia, tinham muitas outras mulheres, mas que eram mulheres europeias que foram para lá. Alguns casos inclusive que relataram sobre a África. No nosso critério então, nossa empatia não era com essas mulheres. Nossas escolhas foram nesse sentido de tentar deslocar o foco de centralidade tanto quanto possível, reconhecendo todos os limites para as mulheres do continente africano.

Por essa aproximação empática também não nos pareceu que fosse a melhor solução privilegiar apenas um período da história africana. Se nós tentarmos nos aproximar com as mulheres africanas contemporâneas.

Primeiro, nós não podemos desprezar de forma alguma porque perderíamos uma parte absolutamente fundamental do continente, que é a participação em contextos coloniais e em contextos contemporâneos. Então a ideia que talvez o que torne o projeto mais diverso, seja justamente isso. Não dá para definir uma imagem de mulher africana. Nos interessou falar de mulheres rainhas, guerreiras e representativas do passado, mas também mulheres intelectuais, lideranças contemporâneas e lideranças políticas. Não lideranças também. Por exemplo, tem alguns verbetes do dicionário que são de mulheres muçulmanas que passaram por criação de violência absoluta por conta dos regimes de poder muçulmanos estabelecidos na Nigéria. Mulheres que foram condenadas pela *sharia*, mulheres que foram vítimas de perseguição e que foram defendidas por outras mulheres vinculadas a movimentos organizados. Por mais que essas biografias de mulheres contemporâneas tenham sido difíceis de fazer, procuramos fazer para mostrar justamente que tem então modelos de poder, cultura, e religiosos variados no continente. Formas de opressão, de resistência, de luta, de engajamento que contam com conexões internacionais ou não. Então a gente optou por isso. Se isso é colonial, descolonial, descolonial, contracolonial ou pós-colonial, as pessoas vão decidir. Para nós, o importante é o protagonismo daquelas mulheres.

Tháise: Antes da professora Patrícia entrar, quero fazer uma única pergunta. Por um acaso, em algum momento, chegou a ser objeto de discussão ser Antônio/Vitória, ou Vitória/Antônio?

José Rivair: Não, não chegou a ser objeto, isso não foi discutido. Antônio/Vitória foi uma decisão que acabou sendo minha, porque na verdade que ouvimos no contexto de pesquisa aparece como o Antônio, Antônio, Antônio, por mais que essa pessoa se colocasse como Vitória.

Como não tem a possibilidade de remissão – por exemplo, colocar em Antônio “ver Vitória” – optei pela barra. Pois é, essa é uma difícil. Mas seria um caso inclusive a se pensar porque nosso critério sempre foi como a pessoa se olha, né? E ela se olhava como mulher.

Patrícia Godinho Gomes: Sinceramente, eu acho que isso é problemático. Porque essa questão decolonial tem que ver com o próprio ser, né? Como que você não consegue estabelecer uma comunicação e olhar para o teu

companheiro porque é africano, é de outro país, é do continente, se comunicar com ele, entender as suas experiências e depois você vai falar ainda decolonial? Como? A partir de quais pressupostos? Se você nem consegue conviver dentro da sua própria terra. Então isso é meio problemático. Então vamos primeiro nos entender e nos conhecermos.

Vamos nos conhecer e saber como é que somos, entender possibilidades de diálogo, quais são as nossas diferenças, as nossas necessidades, nos respeitarmos, né? E só depois a gente pode falar em possibilidade decolonial.

Me interessa por aquilo que são as experiências verdadeiras e locais, não nas questões ideológicas. Nos meus estudos eu já tentei fazer essa ponte entre o pensamento feminista e a minha pesquisa empírica, né?

Vou dizer que tive problemas no meu estudo empírico. Quando eu tentei traduzir para o local esse feminismo conceituado, embati em problemas. As mulheres às vezes diziam “mas isto aqui primeiro? mas por que você está trazendo essas questões?”. Ou seja: nem sempre aquilo que a gente pensa que vai explicar, explica. As questões levantadas pelas mulheres (no meu caso de estudo) muitas vezes não têm que ver os problemas que o feminismo levanta. Então, aí fica meio complicado, né? Então, tem que procurar primeiro ver o que uma mulher Balanta está entendendo por mulher; o primeiro lugar da mulher; o que ser mulher representa; como ela se pensa como ser humano, como mulher, como mãe e por aí fora. O feminismo levanta problemas nesse sentido. O feminismo em relação à maternidade levanta problemas. Não é? A maternidade acaba sendo muitas vezes na visão do feminismo um sinônimo de opressão. Então como é que a gente vai colocar isso no âmbito africano? Onde não é exatamente o que acontece. A maternidade tem uma outra explicação, outra importância. Não é pelo fato de ser mãe que se é oprimida. Nada a ver. Nada a ver. Então é complicado. Eu prefiro usar o feminismo como possibilidade teórica. Que me diz e nos ensina como uma ferramenta teórica importante porque ajuda naquele trabalho arqueológico, de escavar, de entender, de pensar o significado dos termos, o conceito. E como metodologia, a de ser possível entender a nossa própria posicionalidade na pesquisa.

Aí sim. Como é que a gente se confronta com o campo? Como é que surgiu o que nós como pesquisadores colocamos no campo? Quais questões isso levanta? Identificar as questões que ele levanta para nós.

Eu prefiro explicar as mulheres de acordo com aquilo que elas dizem e é isso mesmo que reporto na pesquisa. Posso compreender o feminismo enquanto uma corrente de pensamento interessante de pontos de vista, para pensar as relações de gênero e a condição das mulheres.

José Rivair: Eu comungo com a professora Patrícia, com a impressão que ela tem sobre a relação do mundo acadêmico brasileiro com o mundo acadêmico africano, com as pessoas africanas de maneira geral. Isso não se restringe apenas à relação entre estudantes. Certamente que não. Por isso procuro parcerias e trocas, tanto quanto possível com os meus e minhas colegas africanas. Sei que em geral isso não acontece. Tem que ver com o norte que está em nós, com a metrópole que está em nós, mesmo que nós não queiramos. Acho que a gente fala muito no Brasil em eurocentrismo, mas nós temos muitos brasileirocentrismos. É preciso começar a olhar para o nosso umbigo, ver onde o Norte está em nós.

Patrícia Godinho Gomes: Muitas vezes estamos pensando, por exemplo, da parte brasileira, do pensamento afro-brasileiro e o feminismo assim dito afro-brasileiro, mas depois que se busca toda uma literatura afro-americana para sustentar essas ideias... mas como? Negras brasileiras estão pensando nisso? São questões em que a gente tem que se colocar frontalmente – Colonização? Descolonização? Não. Precisamos começar a olhar para nós mesmos antes de tudo. Com todo respeito, o professor Rivair é uma grande referência nos estudos africanos no Brasil e alguém que tenta trazer realmente um debate horizontal. Eu acho isso importante. É preciso um debate horizontal. Agora, quando a gente começa a hierarquizar ou reproduzir as hierarquias, eu como africana, tenho que dizer alguma coisa. Senão fica meio difícil. E esse tem sido o desafio.

Referências

AKYEAMPONG, Emmanuel K.; GATES JR., Henry Louis (Dir.). *Dictionary of African biography*. 6 vols. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 de janeiro de 2003.

BIOGRAFIAS DE MULHERES AFRICANAS. *O Projeto*. Página inicial. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MACEDO, José Rivair (Org.). *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SHELDON, Katleen. *Historical dictionary of women in Sub-Saharan Africa*. Lanham; Toronto; Oxford: Scarecrow Press, 2005.